

R C & C

REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

ANÁLISE DO PROCESSO DE REVISÃO PÓS-IMPLEMENTAÇÃO DO IFRS 8 POR MEIO DAS CARTAS COMENTÁRIOS ENVIADAS POR EMPRESAS

ANALYSIS OF THE IFRS 8 POST-IMPLEMENTATION REVIEW PROCESS BY WAY OF COMMENT LETTERS SENT BY COMPANIES

Recebido em 06.01.2014 | Aceite final em 10.02.2015 |

Nota: este artigo foi aceito pelo Editor Jorge Eduardo Scarpin e passou por uma avaliação *double blind review*

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

RAFAEL TADEU VIEIRA

Mestrando em Contabilidade | Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC | Centro Socioeconômico | Campus Universitário | Trindade | Florianópolis | Santa Catarina | Brasil | CEP: 88040-970 | Telefone: (48) 3241-1589 | E-mail: rafaelvieiratv@hotmail.com |

JOSÉ ALONSO BORBA

Doutor em Contabilidade e Controladoria | Universidade de São Paulo | Professor do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC/UFSC) | Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC | Centro Socioeconômico | Campus Universitário | Trindade | Florianópolis | Santa Catarina | Brasil | CEP: 88040-970 | Telefone: (48) 3721-9897 | E-mail: j.alonso@ufsc.br |

RESUMO

Este estudo objetiva analisar o processo de implementação no IASB do IFRS 8 – *Operating Segment*, por meio das cartas comentários enviadas ao *post-implementation review* (PIR). Com o propósito de: (i) identificar os respondentes, classificados em: empresas; associação de analistas financeiros; entidades não governamentais; empresas de auditoria; corpo de profissional contábil; reguladores; outros e corpo representativo, de acordo com o estudo de Katselas, Birt, Kang (2011); (ii) verificar os relatos da implementação para as empresas. Para alcançar o objetivo, foram acessados os 67 documentos recebidos até novembro de 2012 no PIR - IFRS 8. Contudo, também, acessou-se as 182 cartas encaminhadas ao ED 8 em 2006 a fim de comparar os processos de consultas públicas. Os resultados evidenciam que a Europa foi o continente com o maior número de manifestações. E, diferentemente do ED 8, que as Organizações Não Governamentais (ONGs) haviam encaminhado 43% das cartas comentários, representando o grupo com maior número de envios, no PIR esse grupo não submeteu cartas. Identificou-se que 23 cartas comentários, representando 10% do total de cartas, foram enviadas por

entidades/indivíduos em ambos os processos. Assim, verifica-se que os participantes alternam-se significativamente no processo de elaboração de um mesmo padrão. Após, analisou-se as 12 cartas comentários enviadas pelas empresas. Observou-se que as empresas adotaram o IFRS 8 integralmente, respeitando as exigências do padrão e, ademais, algumas empresas divulgaram informações adicionais. Sobre as medidas não-IFRS, a mais citada foi o EBITDA, sendo que os principais comentários são sobre a incomparabilidade. A metade desses respondentes, especificamente 6 empresas, aponta a não ocorrência de custos significativos e não previstos. Ao contrário, aqueles que relataram a existência de custos afirmaram ser esses decorrentes do modelo organizacional da empresa que precisou ser adaptado para divulgar informações segmentadas geograficamente. As empresas, em sua maioria, consideram o texto normativo claro.

Palavras-chaves: Revisão Pós-Implementação, Implementação IFRS, Lobbying, Comment Letter, IFRS 8.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the implementation of IFRS 8 – Operating Segment in the IASB by way of comment letters submitted during the post-implementation review (PIR), with the following objectives: (1) the identification of respondents, grouping them as firms, financial analyst associations, non-government organizations, audit firms, accounting professional bodies, regulators, others, and representative bodies, in accordance with Katselas, Birt and Kang (2011); and (ii) the examination of the companies' implementation reports. To achieve these, the 67 documents submitted to the PIR – IFRS 8 process up until November 2012 were analyzed. Along with this, the 182 letters sent to ED 8 in 2006 were also studied for a comparison with the public consultation processes. The results show that the greatest number of responses originated from Europe. Also, unlike the ED 8, in which Non-Government Organization (NGO) was the most-represented group with 43% of the comment letters, it provided no submissions to PIR. Organizations or individuals sent just 23 comment letters (10% of the total) to both of the processes. In this way, whether participants vary significantly in the construction of a single standard was verified. Following this, the 12 comment letters submitted by firms were analyzed, showing complete adoption of IFRS 8, indicating that they met its requirements and some even disclosed additional information. Regarding non-IFRS items, EBITDA was the most-often referenced, with the main comments concerning its lack of comparability. Half of those respondents (specifically, six firms) pointed out a non-occurrence of significant unforeseen costs. In contrast, those that did report the existence of such costs attested that they result from the firm's organizational model and as such, it was necessary to adjust it in order to disclose geographically segmented information. For the most part, the companies did not have difficulties interpreting the normative contents of IFRS 8.

Keywords: Post Implementation Review, IFRS Implementation, Lobbying, Comment letter, IFRS 8.

1 INTRODUÇÃO

A comparabilidade entre os demonstrativos contábeis, característica qualitativa da informação contábil que, nos últimos anos, ganhou destaque mediante a convergência e a harmonização de normas, impulsionada recentemente pela adoção do *International Financial Reporting Standard* - (IFRS) pela União Europeia – obrigatória a partir de 2005, é um item preocupante para os usuários da informação. Enquanto que, nos Estados Unidos, a *Securities and Exchange Commission* (SEC) aprovou, em julho de 2007, a conciliação entre os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (US-GAAP) com os IFRS emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (BHIMANI, 2008; CPC 00 (R1) 2011).

Exemplo dessa harmonização é o IFRS 8, originado da revisão do IAS 14 – *Operating Segment* que exigia comunicação de informações segmentadas por áreas geográficas ou por linhas de negócios, e em conjunto com o SFAS 131 - *Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information* que determinava a divulgação dos relatórios gerenciais destinados à alta administração. O objetivo da revisão era diminuir as diferenças que existiam entre as normas produzidas pelo IASB e US-GAAP (INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD BOARD, 2013a).

Após a referida revisão, que teve início em 2003 com o projeto de convergência de curto prazo, o qual não necessitou de um grupo de trabalho e da elaboração de um *Discussion Paper* (DP), desenvolveu-se apenas o *Exposure Draft* (ED), pois o intuito era estabelecer uma única norma a partir do IAS 14 e do SFAS 131. Entretanto, como determina o processo de aprovação de uma norma (IFRS), o ED foi colocado em consulta pública, *comment letter* (cartas comentários), recebendo um total de 182 cartas, divulgadas no site do IASB. Tendo, a nova norma (IFRS 8), sua data para aplicação a partir de 1º janeiro de 2009, ou antecipadamente com as referidas exigências de divulgação do fato (IASB, 2013b).

Com a aprovação da norma e sua implementação, o IASB tem a função revisá-la para verificar os pontos polêmicos na elaboração do IFRS, custos de implementação ou problemas na execução da norma. A revisão é realizada, geralmente, dois anos após a exigência da apresentação das demonstrações contábeis. O IASB definiu, em março 2012, que o IFRS 8 entraria em revisão, sendo que tal procedimento acolheria cartas comentários até o dia 16 de novembro do mesmo ano (IASB, 2013b).

Porém, após as regras do IFRS 8 de divulgação de segmentos vigorarem, alguns estudos investigam se o que é requerido está sendo demonstrado, publicado pelas empresas, como solicita a norma. Em nível nacional, a pesquisa de Silva e Pinheiro (2012) verificou se as empresas do índice Bovespa cumpriram ou não, em 2011, os requisitos do pronunciamento Informações por Segmento – CPC 22, o equivalente, no Brasil, ao IFRS 8. Ao passo que, a pesquisa de Aillón *et al.* (2012) averiguou de que modo são divulgadas as informações do CPC 22, para as empresas que compõem o grupo IBR-X-50, em 2010.

Já em nível internacional, a pesquisa realizada por Mardini, Crawford e Power (2012), na Jordânia, apresentou as dificuldades das empresas ao implementar o IFRS 8 e sugeriu proposta para diminuir os problemas encontrados, elevando o nível de adequação. Ademais, outros estudos, como o de Katselas, Birt e Kang (2011), demonstraram uma convergência de posicionamento das empresas que enviaram comentários ao IASB, no ED 8.

Considerando a aplicação dos IFRS em nível internacional e a oportunidade que o IASB abre para o *feedback*, tem-se como problema de pesquisa: *Quais as opiniões expressadas pelas empresas, constantes nas cartas comentários encaminhadas ao IASB, sobre a implementação do IFRS 8 na Revisão Pós-Implementação?*

Sendo o objetivo da pesquisa analisar o processo de implementação do IFRS 8 *Operating Segment*, por meio das cartas comentários pós-implementação da referida norma. E, para atingir esse objetivo, os específicos são: (a) Identificar grupos de participantes das cartas comentários enviadas ao IASB, referente ao IFRS 8 pós-implementação (empresas, associação de analistas financeiros, entidades não governamentais, empresas de auditoria, corpo de profissional contábil, reguladores, outros e corpo representativo, de acordo com Katselas, Birt e Kang, 2011); e (b) Verificar, no grupo empresas, o relato das respostas no tocante à implementação do IFRS 8.

A pesquisa justifica-se em analisar a oportunidade de comunicação do IASB com a sociedade em si (empresas, academia, profissionais e outros), verificando, assim, se há realmente manifestações pós-implementação de uma norma, se esses comentários respondem as questões elaboradas e se podem vir ou não a culminar em alterações no IFRS 8. A referida norma, pois, é a primeira a ser revisada por completo, isto é, a ter a revisão pós-implementação. Deste modo, o estudo diferencia-se dos demais, como os de Carmo, Mussoi e Carvalho, (2011); Jorissen *et al.*, (2012); Katselas, Birt e Kang, (2011); Tavares *et al.* (2013); Oliveira, Costa Júnior e Silva (2013), por ter como objeto de análise as cartas comentários do processo de revisão pós-implementação de um IFRS, sendo o primeiro processo de revisão realizado pelo IASB.

O estudo limita-se a analisar, apenas, os comentários de cartas enviados ao *Post- Implementation Review* (PIR) IFRS 8, não sendo permitida, assim, a generalização dos resultados da pesquisa para os demais processos de consulta realizados pelo IASB.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IFRS – 8 *OPERATING SEGMENT*

O IFRS 8 *Operating Segment* – sendo seu correlato no Brasil o CPC 22, Informação por Segmentos – tem como objetivo divulgar, para os usuários, informações sobre a natureza e os efeitos financeiros dos segmentos que a entidade exerça (CPC 22, 2009).

O documento elaborado pelo IASB para revisão do IFRS 8 contém um sucinto desdobramento do processo de harmonização entre IAS 14 e SFAS 131, no qual registra-se um dos principais comentários contrários à abordagem de segmentação por relatórios internos: a perda da comparabilidade entre empresas que tenham atividades semelhantes. Porém, o IASB manteve a redação, pois acredita que os benefícios gerados por essas informações serão maiores que os custos (IASB, 2013c).

Alguns estudos corroboram com a verificação da implementação da norma, pois verificam se as empresas cumpriram ou não os itens que a norma exigia para a divulgação e se apresentaram ou não maiores divulgações. O estudo de Nichols, Street e Cereola (2008) aponta que, em média, as empresas, *European blue chip companies*, reportaram o mesmo número de segmentos, ou menos, além de apresentarem, em sua maioria, medidas não-IFRS para a lucratividade.

No tocante à qualidade da informação reportada, o estudo de Benjamin *et al.* (2010) realizado na Malásia observou que há a necessidade de melhorar a informação reportada e que um número considerável de empresas não divulga as informações segmentadas, esperando-se, com a implementação do IFRS 8, uma evidência superior a que vem sendo apresentada. Ao passo que a pesquisa de Mardini, Crawford, Power (2012) aponta que houve aumento de empresas jordanianas que reportaram informações segmentadas, isto é, segmentos que operam, e um refinamento quanto à evidência geográfica.

2.2 TEORIA DA REGULAÇÃO ECONÔMICA, *LOBBY*, PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA

A teoria da regulação econômica, ou dos grupos de interesse, pressupõe que a regulação pode ser compreendida como fruto das forças de oferta e procura (POSNER, 1974). Tal teoria é o contraponto à teoria do interesse público, na qual o estado deve zelar para que os interesses públicos sobressaiam aos interesses privados. Sendo, também, contraponto à teoria da captura que argumenta que o agente regulador é “capturado” pelo regulado que controla as ações do regulador. Percebe-se, assim, que a teoria dos grupos de interesse é a intermediação entre as outras teorias de regulação, pois evidencia que o regulador não tem como preocupação apenas o interesse público e que não será controlado por seu regulado. Desta forma, os regulados procuram exercer sua influência, ou seja, pressionar o regulador a fim de alcançar os seus objetivos (STIGLER, 1971; PELTZMAN, 1976; POSNER 1974).

A compreensão sobre *lobby*, nessa situação, é de esforço realizado, com a finalidade de influenciar determinadas decisões de acordo com seus interesses, existindo duas categorias: a política e a de consequências econômicas (YU, 2006). Tendo em vista a construção dos padrões contábeis como fruto de diferentes opiniões e impactos econômicos e outros efeitos, há diversos estudos em âmbito nacional e internacional, entretanto, a maioria das pesquisas é desenvolvida e tem como objeto de investigação os órgãos reguladores internacionais.

No tocante ao *lobbying* no IFRS 8, o trabalho de Katselas, Birt e Kang (2011) aborda a influência das empresas que enviaram comentários para o ED 8 e concluiu que as empresas com menos de dois segmentos são mais suscetíveis a ser contra a divulgação por segmento, pois divulgam informações exclusivas ao mercado, enquanto que as empresas com mais segmentos são favoráveis ao reporte da informação segmentada, além de ampliarem o número de segmentos reportados.

Georgiou (2010) examinou por meio de um questionário, a percepção e a participação das empresas de investimento no Reino Unido. O resultado dessa pesquisa evidenciou que há a participação por parte dessas empresas que são, em grande parte, representadas por associações. Entretanto, Jorissen *et al.* (2012) analisou as cartas de 2002 a 2006 com o intuito de verificar a representatividade dos que submeteram. E, desta forma, identificou que os preparadores e normatizadores são os grupos com maior envio de cartas comentários, adicionalmente, concluíram que as bolsas de valores, demais autoridades de valores mobiliários e usuários das demonstrações contábeis são participativos quando há itens que possam interferir no *disclosure* das demonstrações contábeis.

Em nível nacional, o estudo de Carmo, Mussoi e Carvalho (2011) propôs-se a observar se houve o exercício de *lobbying* nas cartas comentários enviadas ao DP sobre *leasing*. Os autores dividiram os partícipes em 5 categorias: preparadores, profissionais contábeis, normatizadores nacionais, acadêmicos e outros. Os resultados da pesquisa apontaram que houve influência apenas dos profissionais contábeis, normatizadores nacionais e acadêmicos. Outros trabalhos realizados por pesquisadores acadêmicos evidenciaram a participação dos diversos agentes na elaboração de IFRS ou CPC, como o trabalho de Tavares *et al.* (2013), que evidenciou que 84% das empresas que apresentaram comentários desfavoráveis com a proposta do IASB/FASB em relação a obrigação de desempenho onerosa, e o trabalho de Oliveira, Costa Júnior e Silva (2013), que demonstrou que o CPC acatou um número restrito de sugestões encaminhadas e que o organismo brasileiro, no período de 2007 a 2011, tendeu a aceitar ou a recusar os comentários em relação à aproximação das normas internacionais.

A pesquisa de Hansen (2009) averiguou, nos cinco primeiros ED do IASB, após 2001, características dos lobistas e os resultados do *lobby* exercido por eles. Em contrapartida, as pesquisas de *lobby* por meio de comentários ao IASB, Chiapello e Medjad (2009), relatam a escassez de pesquisas que

verifiquem a influência não somente por documentos escritos, mas também pela estrutura da organização e, até mesmo, questões políticas.

Outra pesquisa é a de Giner e Arce (2012). Tal pesquisa utilizou como embasamento teórico a teoria institucionalista. O trabalho dos autores teve como escopo o IFRS 2, no qual constatou que nenhum grupo por eles classificados (reguladores, profissionais, preparadores, usuários, consultores e acadêmicos) foi dominante, porém, destaca que apenas o grupo de consultores e preparadores consideraram consequências econômicas em seus comentários.

Nota-se que há inúmeros trabalhos sobre *lobby*, entretanto, de forma bastante diversificada, isto é, desde pesquisas que corroboram para a legitimidade do processo, até estudos que identificam quem são os lobistas (CARMO, MUSSOI, CARVALHO, 2011).

Por fim, cita-se dois aspectos dos quatro apresentados no trabalho de Sutton (1984): (a) “grandes” preparadores são mais tendenciosos a influenciar – *lobby* – que os “pequenos” preparadores e (b) benefícios em exercer *lobby* devem ser superiores aos custos. Assim, observa-se que grandes empresas são mais propensas a realizar participações em processos consultivos por crerem ter mais chances que as demais empresas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os dados coletados de maneira secundária foram obtidos por meio dos comentários das cartas pós-implementação IFRS 8, disponíveis no site do IASB. A partir das cartas, realizou-se a tabulação dos dados, a fim de atender os objetivos específicos.

Desta forma, a primeira parte da metodologia foi a obtenção das cartas do ED e PIR – IFRS 8. Portanto, as cartas comentários do ED 8 foram obtidas por meio do acesso ao site: www.ifrs.org; após, *Standards development; Work plan for IFRS e Segment Reporting*, onde se obtiveram os documentos explicativos do projeto do IFRS 8, bem como as 182 cartas comentários. Salienta-se, no entanto, que nem todas as cartas estavam disponíveis. Algumas cartas apresentavam no site o nome do respondente e o país de origem, porém, quando se procedia à abertura do arquivo, esse não era compatível ao conteúdo externo. Ocorre também que 5 cartas não apresentavam qualquer informação no site e não havia arquivo disponível, ressalta-se, ainda, que apenas 1 das 5 cartas avisava a inexistência de arquivo anexo.

Quanto às cartas comentários revisão pós-implementação, no mesmo sítio eletrônico, foram acessadas por meio das páginas a seguir: *Standards development; após, Work plan for IFRSs; Implementation e IFRS 8 Operating Segment*, onde se teve acesso ao documento *Post-Implementation Review* e também às 67 cartas.

Após ao *download* das cartas, elaborou-se uma planilha, de acordo com a classificação apresentada no estudo de Katselas, Birt e Kang, (2011), contendo nome; categoria e país. E, a partir desses dados, foram relacionados de forma comparativa os dados das cartas comentários do ED 8 em relação ao do PIR – IFRS 8.

Enquanto que para a segunda etapa, visando atingir o segundo objetivo específico, fez-se necessário a tabulação das respostas do grupo empresa, identificado no objetivo específico anterior, a fim de obter informações de como ocorreu a implementação do IFRS 8 nessas empresas, verificando eventuais dificuldades por elas relatadas. E, para a operacionalização deste processo, foram tabulados os comentários enviados por parte das empresas para cada questão contida no documento de revisão – PIR IFRS 8. Após a tabulação, procedeu-se à leitura e à classificação dos comentários de acordo com os questionamentos. Por isso, não se utilizou uma medida/nomenclatura fixa.

4 RESULTADOS

A partir dos dados obtidos, observa-se que a categoria com a maior representatividade é a de reguladores, isto é, organismo de níveis nacionais que têm como intuito institucionalizar e regulamentar as questões contábeis. Ao comparar com o estudo de Katselas, Birt e Kang, (2011), verifica-se, no período de pós-implantação, que as Organizações Não Governamentais (ONGs) não enviaram nenhum comentário, tendo representado, na consulta pública do ED IFRS 8, aproximadamente 43% das cartas enviadas. Salienta-se que em todas as categorias do estudo anterior e comparação com PIR IFRS 8 houve redução quanto aos valores absolutos, com relação aos valores relativos, no entanto, percebeu-se aumento em determinadas categorias devido a alterações no número de cartas enviadas por categorias. Entretanto, a categoria com a menor redução de envios de cartas comentários é a das empresas. Consideraram-se na tabela 1 somente as cartas comentários. Assim, as apresentações (slides) elaboradas pela *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG) (com 3 materiais além das cartas) e pela *European Securities and Markets Authority* (ESMA) (com 1 material adicional ao comentário) foram excluídas. Além de se contar como apenas uma carta, no item outros, as cartas elaboradas por dois profissionais.

Tabela 1 - Comparação de cartas comentários enviados antes x pós-implantação

CATEGORIAS	ED 8		PIR		AMBOS		REMANESCENTES DO ED 8
Empresas	34	19%	12	19%	5	22%	15%
Associação de Analistas Financeiros	4	2%	4	6%	1	4%	25%
ONGs	78	43%	0	0%	0	0%	0%
Empresas de Auditoria	7	4%	6	10%	6	26%	86%
Corpo de Profissionais Contábeis	16	9%	11	18%	5	22%	31%
Reguladores	25	14%	13	21%	2	9%	8%
Outros	6	3%	5	8%	1	4%	17%
Corpos Representativos	12	7%	11	18%	3	13%	25%
TOTAL	182	100%	62	100%	23	100%	100%

Fonte: Adaptado Katselas, Birt e Kang (2011).

A tabela 1 também representa os respondentes em ambos os processos, por categoria, no qual se observa que o grupo Empresas de Auditoria é o que obteve o maior índice de envio em ambas. Tal motivo pode ser explicado pela participação das *Big Four* no processo e de outras empresas significantes na auditoria em nível mundial.

Averiguou-se que o número de correspondentes que enviaram em 2006 e 2012, foram de apenas 23, representando aproximadamente 10% do total de cartas enviadas nas duas consultas públicas. Notou-se que houve uma participação, relativamente considerável, de 18% que não haviam enviado no processo de 2006.

Tabela 2 - Índices de respondentes nos processos consultivos

Índice de envio em ambas	10%
Índice de envio apenas no ED	72%
Índice de envio apenas no PIR	18%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

E, ao classificar por países, pode-se verificar que o continente mais participativo, isto é, que enviou o maior número de cartas comentários após a adoção ao IFRS 8, é a Europa, pois é notória a diversidade de países participantes que representam esse continente. Ressalta-se que o país que mais remeteu cartas foi o Reino Unido, representando aproximadamente 28% dos enviados. Enquanto que, alguns países não haviam enviado cartas no ED, por exemplo, o Brasil, que em 2006 não havia enviado qualquer carta, em 2012 enviou 2 cartas, conforme a tabela 3. Assim, salienta-se que, além das cartas apresentadas no quadro de origem dos países, outras dos mesmos organismos, enviadas em formato de apresentação (slides), foram desconsideradas, pois não apresentavam as perguntas e/ou respostas sugeridas pelo IASB para essa revisão, mas sim um material adicional com estudos e/ou pesquisas elaboradas por tais entidades. Além de algumas organizações de níveis internacionais não apresentarem sede, tais como CFO Forum (Europa) e *Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera* (GLENIF) (América Latina). Portanto, tais cartas foram desconsideradas no quadro acima. E também se considerou apenas uma carta e um país de um comentário individual (preparadores, profissionais contábeis), sendo do Brasil e da Espanha, optou-se por considerar o primeiro nome, ficando, assim, registrado no Brasil. Outro caso de cartas semelhantes é o *Chartered of Public Accountants* (CPA) e o *Institute of Chartered Accountants in Australia* (ICAA), ambos da Austrália. Totalizando, desta forma, 59 cartas distribuídas respectivamente pelos países que as remeteram.

Tabela 3 - Países dos respondentes da revisão pós-implementação do IFRS 8

ÁFRICA	AMÉRICA	ÁSIA	EUROPA	OCEANIA
África do Sul (2)	Argentina (1)	China (1)	Alemanha (4)	Austrália (3)
	México (1)	Índia (3)	Espanha (1)	Nova Zelândia (1)
	Brasil (2)	Malásia (1)	França (6)	
	Canadá (5)	Israel (1)	Holanda (2)	
			Noruega (1)	
			Reino Unido (17)	
			Suécia (1)	
			Suíça (4)	
			Bélgica (2)	
TOTAL	2	6	38	4
PERCENTUAL	3%	10%	64%	7%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

O continente que apresentou a maior redução em percentual foi o africano, tal diferença pode ter como explicação o fato de que a maioria das cartas deste continente era oriunda de entidades não governamentais (ONGs), motivadas pela *Publish What You Pay*, conforme descrito nas cartas, a enviar comentários solicitando transparência, principalmente para países que têm empresas extrativistas operando em seu território, mas que sejam multinacionais. Porém, os comentários de revisão pós-implementação não foram tão motivados por tal entidade. Conforme as tabelas 1 e 3, onde são apresentados, respectivamente, por categorias e por países.

Ressalta-se que o número de cartas recebidas é 182. Porém, como já citado, algumas cartas não apresentavam informações de seus remetentes. Quanto ao país de origem, 6 cartas não apresentaram tal dado, portanto, foram excluídas das análises por continente.

Tabela 4 - Comparação continentes antes X pós-implementação IFRS 8

Continentes	Antes	Pós
África	32	2
América	10	9
Ásia	14	6
Europa	112	38
Oceania	8	4
Total	176	59

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Na análise dos dados para atingir o segundo objetivo específico, apresentam-se as 6 perguntas definidas pelo IASB com os resultados encontrados em cada uma dessas perguntas.

Quadro 1 - Questão 1 da revisão pós-implementação IFRS 8

Question 1: Are you comparing IFRS 8 with IAS 14 or with a different, earlier segment-reporting Standard that is specific to your jurisdiction?
 In providing this information, please tell us:
 (a) what your current job title is;
 (b) what your principal jurisdiction is; and
 (c) whether your jurisdiction or company is a recent adopter of IFRSs.

Fonte: Post Implementation Review: IFRS 8 Operating Segment (2012, p.11).

Do primeiro questionamento, selecionou-se a pergunta principal e o item (c), pois se verificou que essas seriam mais adequadas para uma análise do perfil dos respondentes.

Tabela 5 - Resposta da primeira questão

<i>Are you comparing IFRS 8 with IAS 14 or with a different, earlier segment-reporting Standard that is specific to your jurisdiction?</i>	
SIM	11
NÃO	1

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Verificou-se que praticamente 11 das 12 empresas já reportavam informações segmentadas, isto é, essas firmas necessitaram fazer os ajustes que o IFRS 8 solicitou. A única empresa que não comparou foi a Hydro-Québec, que também não adotou o IFRS 8. Tal norma, porém, é idêntica à Seção 1701 do Pré-GAAP utilizado por eles, conforme consta em sua carta de comentário.

Tabela 6 - Resposta do item (c) da primeira questão

<i>(c) whether your jurisdiction or company is a recent adopter of IFRSs.</i>	
SIM	2
NÃO	9
NÃO RELATOU	1

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Enquanto que, aproximadamente, 9 das 12 empresas já adotavam os IFRS, isto é, as demais normas que já estavam em exigências, demonstrando, assim, um conhecimento nos padrões emitidos pelo IASB.

Quadro 2 - Questão 2 da revisão pós-implantação IFRS 8

Question 2: *What is your experience of the effect of the IASB's decision to identify and report segments using the management perspective?*

Investors: please focus on whether our initial assessment—that the management perspective would allow you to better understand the business—was correct. What effect has IFRS 8 had on your ability to understand the business and to predict results?

Preparers: please include information about whether your reporting of operating segments changed when you applied IFRS 8. If it did, what effect did that change have on the efficiency of your reporting processes and your ability to communicate with investors?

Fonte: Post Implementation Review: IFRS 8 Operating Segment (2012, p.13).

A segunda pergunta foi respondida por todas as empresas na visão dos preparadores, dos quais 4 relataram mudanças na perspectiva de gestão, nem todas positivas, entretanto. Por exemplo, a Larsen & Toubro Ltd, empresa indiana, cita que haverá um aumento de segmentos divulgáveis, pois os critérios de agregação são restritivos e mudanças na estrutura organizacional afetarão diretamente os relatórios para o *chief operating decision maker* (CODM). Outra empresa citou que a mudança organizacional ocorrida em 2009 incorporou o padrão IFRS 8, pois as alterações na empresa combinaram com a perspectiva de gestão que a empresa passou a adotar. Enquanto que as demais empresas não relataram mudanças, pois já aplicavam o IAS 14 e já haviam realizado mudanças organizacionais e alinhado os relatórios externos de acordo com os internos. Salienta-se que a Hydro-Québec, que não aplica o IFRS 8, acredita que esse é eficiente e permite uma melhor comunicação quanto à perspectiva de gestão.

Houve apenas 3 empresas que responderam pela visão do investidor. A Larsen & Toubro Ltd avaliou a norma, neste item, como confusa, pois há um número excessivo de segmentos reportados, considerando que o nível de detalhamento poderá não ser útil ao usuário. Enquanto que a Orange Telecom e a Repsol responderam como positiva, porque a percepção de gestão da entidade é compatível com aquela que é reportada, sendo recebida positivamente por seus investidores.

Quadro 3 - Questão 3 da revisão pós-implantação IFRS 8.

Question 3: *How has the use of non-IFRS measurements affected the reporting of operating segments?*

Investors: please comment on the effect that the use of non-IFRS measurements has had on your ability to understand the operating risks involved in managing a specific business and the operating performance of that business. It would be particularly helpful if you can provide examples from published financial statements to illustrate your observations and enable us to understand the effects that you describe.

Preparers: it would be helpful if you could provide information about whether you changed your measurement basis for operating segment information on the application of IFRS 8 and, if so, what effect this has had on your ability to communicate information about operating risks and performance with investors and other users of your financial statements.

Fonte: Post Implementation Review: IFRS 8 Operating Segment (2012, p.14).

Nesse questionamento, 3 empresas não relataram resposta, as outras empresas citaram que não houve alteração nas medidas divulgadas não-IFRS, como, por exemplo, a Orange Telecom que citou o EBITDA. Em sua opinião não é possível considerar como medida comparável, pois cada empresa adota sua metodologia, e considera salutar sua divulgação – a divulgação deste indicador financeiro é segmentada operacionalmente e conciliada com os valores totais. O Grupo Allianz apresenta o lucro líquido e o lucro operacional como medidas não-IFRS, relata que em sua perspectiva de gestão é consistente divulgar duas medidas de rentabilidade. Porém, algumas empresas citaram que não utilizam medidas não-IFRS ou não-GAPPs e alguns sustentam a não utilização, pois apresentam os relatórios do CODM.

Ao passo que a pergunta dirigida aos investidores foi respondida apenas pela Larsen & Troubo Ltd. que não comentou na visão de preparador. Essa empresa apresentou seus exemplos citando medidas não-IFRS, como EBIT e PBIT por P&LA/C, que para a entidade não irá ajudar os investidores na avaliação de risco e recompensas, pois não haverá comparabilidade entre empresas de atividades similares.

Quadro 4 - Questão 4 da revisão pós-implantação IFRS 8.

Question 4: *How has the requirement to use internally-reported line items affected financial reporting?*

Investors: please focus on how the reported line items that you use have changed. Please also comment on which line items are/would be most useful to you, and why, and whether you are receiving these.

Preparers: please provide information about any changes in reported line items that resulted from the application of IFRS 8.

Fonte: Post Implementation Review: IFRS 8 Operating Segment (2012, p.15).

Nessa questão, apenas uma empresa não respondeu (Hydro-Québec). As demais responderam como preparadores e a Larsen & Troubo Ltd. relatou como investidor também – de maneira até mais incisiva do que nas respostas anteriores. A Larsen, em sua resposta como investidor, cita que os segmentos são divulgados com base nos relatórios do CODM, os quais afetam sua comparabilidade com as demais empresas e sugere a determinação de parâmetros mínimos obrigatórios. Enquanto que, na visão dos preparadores, compara-se o IFRS 8 com a IAS 14, a qual havia parâmetros a relatar informações segmentadas, por exemplo, receita, resultados e capital empregado. Porém, no IFRS 8 não há especificação de qualquer parâmetro e salienta que os relatórios são muito pormenorizados, acarretando mais linhas a serem divulgadas, em sua visão de preparador. Outras empresas relatam a exclusão, em seus relatórios segmentados, de ativos e/ou passivos segmentados, por tais itens não serem utilizados pelo tomador de decisão e, assim, não constar nos seus relatórios; informação voluntariamente reportada por (a) lucro operacional consolidado para o lucro líquido consolidado e (b) linhas de itens de sua posição financeira consolidada. Enquanto que duas empresas relataram que não houve qualquer alteração.

Observa-se que nove empresas relataram alterações no momento de divulgar seus segmentos. Para a grande maioria dessas entidades, foi positiva a alteração, até porque, para algumas, simbolizou redução de informação divulgada e, portanto, redução de custos, como foi citado por uma empresa.

Quadro 5 - Questão 5 da revisão pós-implantação IFRS 8.

Question 5: *How have the disclosures required by IFRS 8 affected you in your role?*

Investors: please provide examples from published operating segment information to illustrate your assessment of the disclosures relating to operating segments. Do you now receive better information that helps you to understand the company's business? Please also comment on the specific disclosure requirements of IFRS 8—for example, those relating to the identification and aggregation of operating segments; the types of goods and services attributed to reportable segments; and the reconciliations that are required. It would also be useful to indicate whether you regularly request other types of segment disclosures

Preparers: please consider whether operating segment disclosures are more or less burdensome when based on information prepared in accordance with your own internal reporting requirements. If any requirements are burdensome, please provide details of those disclosures and explain why they are costly or time-consuming to prepare. Do you think that the information you present now about operating segments conveys better information to investors and shareholders? It would be useful to indicate whether you regularly report any segment information in addition to that required by IFRS 8.

Fonte: Post Implementation Review: IFRS 8 Operating Segment (2012, p.17).

O IASB deseja saber se a função desempenhada pelo profissional sofreu alterações com a adoção do IFRS 8, isto é, alterou sua rotina e exigiu mais esforços para cumpri-la. Observou-se que apenas 25% das empresas considerou que gerou mais serviço, sendo que as empresas responderam em sua totalidade como preparadores, apenas citando vantagens ou desvantagens no tocante aos investidores. Algumas empresas citaram que não foram afetadas, porém, descreveram que, no futuro, possa se tornar oneroso, caso os IFRS se tornem complexos e tais normas não estejam de acordo com as necessidades da administração em gerir o negócio, conforme a Novartis. Enquanto que a Repsol cita que aplica e considera mais útil o IFRS 8 do que a IAS 14. No entanto, ressalva o limite de 10% para divulgação de clientes, pois não considera apropriado esse estabelecimento e cita que pesquisou e não encontrou alguma resposta conceitual para justificar, sendo o mais adequado, assim, utilizar uma abordagem em princípios.

Tabela 7- Resposta da questão 5: Trabalhoso.

[C]onsider whether operating segment disclosures are more or less burdensome when based on information prepared in accordance with your own internal reporting requirements.

ONEROSO	4	33%
NÃO ONEROSO	6	50%
NÃO RELATOU	2	17%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Dos respondentes da questão 5, ao menos 25% afirmaram que divulgaram informações adicionais àquelas exigidas, obrigatórias do IFRS 8. Enquanto que o mínimo de 17% apresentou somente o estabelecido na norma.

Tabela 8 - Resposta da questão 5: Divulgação Adicional.

It would be useful to indicate whether you regularly report any segment information in addition to that required by IFRS 8.

SIM	3	25%
NÃO	2	17%
NÃO RELATOU	7	58%

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

A empresa Allianz relatou que aumentou o número de segmentos reportados, considerando, assim, oneroso, mas também benéfica aos investidores e, inclusive, afirmou que divulga informações adicionais, taxas de sinistros, como rateios e despesas. Ao passo que a Nestlé divulga informações não requeridas no IFRS 8, referente ao resultado operacional e ativos relacionados a produtos, pois era divulgada no âmbito da IAS 14 e verificou-se a manutenção da publicação, pela utilidade da informação para melhorar a comunicação com os investidores.

Quadro 6 - Questão 6 da Revisão Pós Implementação IFRS 8

<p>Question 6: <i>How were you affected by the implementation of IFRS 8?</i></p> <p><i>Preparers: in answering this question please focus on whether you incurred significant unexpected costs, either as a one-time expense when implementing the Standard or as a recurring cost at each reporting cycle. If you did incur unexpected costs, please explain what these were and in what way they were required to comply with IFRS 8.</i></p> <p><i>In addition, we would like to know what practical difficulties you encountered, if any, when applying IFRS 8. Did you find that IFRS 8 is clear about all aspects of the requirements, such as the identification of operating segments, aggregation of segments and the nature of the CODM? If IFRS 8 is not clear, please provide details of your experience.</i></p> <p><i>Investors: please focus on whether the way in which you use financial reports has changed as a result of applying IFRS 8. Please explain to us what that effect was and the consequences of any changes to how you analyse data or predict results.</i></p>
--

Fonte: Post Implementation Review: IFRS 8 Operating Segment (2012, p.18).

Em relação aos custos e despesas inesperadas ao implementar a norma, 50% das empresas não foram impactadas por acréscimos, algumas relatam, pois, que os sistemas de informação já tinham a possibilidade de adequar-se, entretanto, não evidenciaram valores.

Tabela 9 - Resposta da questão 6: Custos

<i>In answering this question please focus on whether you incurred significant unexpected costs, either as one-time expense when implementing the Standard or as recurring cost at each reporting cycle. If you did incur unexpected costs, please explain what these were and in what way they were required to comply with IFRS 8.</i>	
AFETOU	3
NÃO AFETOU	6
NÃO RELATOU	3

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Ressalta-se o caso da UBS que relata que os custos adicionais são referentes à divulgação de informações segmentadas por área geográfica, exigência da IFRS 8. A Nestlé cita que precisou criar uma classificação de produtos, pois a forma que ela atribuiu internamente não resulta em grupos semelhantes; além das informações geográficas, porque a empresa não está organizada por país. Houve, assim, um custo adicional para a divulgação das informações. Outras empresas descreveram que os custos incorridos não foram significativos e que eram esperados. Contudo, essas mesmas empresas advertem sobre a evolução de negócios, isto é, a unificação de segmentos e questões temporais e de adaptações que possam necessitar de informações complementares.

Sobre a clareza redacional e sobre os pontos destacados na norma, mais de 50% das empresas consideraram o IFRS 8 claro, isto é, não há dupla interpretação ou falta de explicação e exemplificação da aplicação da norma, segundo os respondentes que citaram essa questão.

Neste item, observou-se que 5 empresas não relataram/apresentaram pontos a serem revisados. Porém, tais pontos foram considerados claros para as demais empresas, por exemplo, agregação de segmentos.

Verificou-se e comparou-se, também, as 5 empresas que enviaram comentários para o ED 8 em relação à opinião encaminhada ao PIR – IFRS 8. Notou-se que tais empresas (Syngenta, Novartis, Nestlé, UBS, Allianz) mantiveram seu posicionamento em favor da abordagem do SFAS 131, ou seja, a abordagem baseada na gestão. Ressalta-se que os principais argumentos contra ao IFRS 8 são: alguns aspectos referentes ao nível de reconciliação e a divulgação geográfica por país. Esses mesmos aspectos foram verificados nos comentários PIR – IFRS 8. No tocante à oneração e aumento de trabalho, verificou-se, nos comentários dessas empresas, que as informações adicionais não são divulgadas e que aquelas que constam no IFRS – 8, e que deviam ser evidenciadas, geraram custos. Desta forma, não se distanciaram do posicionamento exposto no ED – 8.

Constatou-se que as empresas se mostraram favoráveis em sua maioria pela manutenção do IFRS – 8, solicitando determinadas explicações. Contudo, tais solicitações não afetam significativamente a abordagem pela gestão. Outro aspecto constante nos comentários encaminhados foi o aumento de custos e/ou trabalho; um determinado grupo de empresas citou esse aumento. Essas empresas não fizeram referência ao montante e nem à inviabilidade de realizá-los.

Por fim, a pesquisa identificou que as empresas participam do processo de consulta pública expondo suas opiniões com embasamentos práticos, mercadológicos e sobre custos, a fim de influenciar o padrão, corroborando com o estudo Carmo, Mussoi e Carvalho (2011). Cita-se que os custos da exigência da divulgação por área geográfica são significativos e que tais empresas tentaram a facultatividade desse item, de modo a reduzir os custos. Outra característica que se observa é que as empresas que participaram do PIR – IFRS 8 são grandes empresas nacionais ou internacionais, apoiando o apresentado por Sutton (1984). No tocante à pesquisa apresentada por Katselas, Birt e Kang (2011), o presente trabalho corrobora com a afirmação de que empresas de pequeno porte são menos propensas a exercer pressão, por não apresentarem cartas comentários.

5 CONCLUSÃO

Com o que foi proposto no objetivo, obteve-se acesso a 67 documentos eletrônicos disponibilizados no site do IASB, verificando-se uma redução expressiva em relação ao ED 8, que teve 182 comentários recebidos. Desses dois processos de consulta pública, o número de respondente em ambos é de 23, isto é aproximadamente 10% dos participantes do PIR – IFRS 8 encaminharam cartas comentários para o ED 8. Verificou-se, também, que o continente europeu foi o mais participativo nos dois períodos de envio de comentários para o IFRS 8. Observou-se que houve uma redução para zero de comentários enviados por entidades não governamentais, que tinham sido a mais participativa no processo de ED 8, solicitando transparência das empresas. A pesquisa teve como intuito verificar quais os posicionamentos das empresas que encaminharam cartas comentários à primeira *Post-Implementation Review*, realizado pelo IASB.

Notou-se que praticamente todas as empresas respondentes já adotavam o IAS 14 e adotavam o padrão IFRS há alguns anos. Observando-se, assim, conhecimento sobre o modelo do IASB, podendo comparar com as demais normas emitidas por esse órgão, como de fato ocorreu. Verificou-se que as empresas passaram a divulgar as informações de relatório internas que eram enviados ao CODM, o qual nem todas as empresas foram favoráveis em apresentar. Em relação às medidas não-IFRS,

constatou-se que as medidas mais utilizadas são EBITDA e medidas que destacam o lucro operacional e o lucro líquido. Porém, as empresas citavam que tais medidas por si só não são comparáveis e essas não foram afetadas, apenas uma empresa pede para que haja a conciliação das medidas segmentadas para com o total e avalia que haverá perda de comparabilidade de empresas do mesmo setor e que operem com segmentos similares. Analisou-se que algumas empresas tiveram custos significativos ao implementar o IFRS 8, pois seu formato organizacional não era compatível ao que é solicitado para reportar ou por adicionarem à publicação informações que antes não eram divulgadas. Ressalta-se que algumas empresas, ao comentar, tinham uma visão crítica, apresentavam comparações e citavam situações contábeis que não necessariamente as envolvia. Identificou-se que apenas 5 empresas participaram de ambos os processos (ED – 8 e PIR-IFRS 8). Essas empresas que encaminharam cartas comentários para o IASB mostraram-se coerentes com as opiniões remetidas. Os aspectos descritos por essas empresas, como possíveis causadores de aumento de custos e trabalho, ocorreram, mas não citaram uma inviabilidade por realizar tais solicitações e, sim, que há a necessidade de adaptações ao exigido ou a não exigência por parte do IASB desses itens. Determinadas solicitações pelas empresas tiveram como argumento a abordagem pela gestão, pois a exigência de itens específicos pode ser considerada contrária à visão da abordagem pela gestão, conforme citaram algumas empresas.

Em relação ao referencial teórico, o estudo corrobora com os achados de Mardini, Crawford, Power (2012), pois citaram algumas empresas que aumentaram o número de segmentos ou de informações reportadas e outras empresas que, a partir do IFRS 8, passaram a divulgar os segmentos por área geográfica. Enquanto que, em relação aos resultados da pesquisa de Katselas, Birt e Kang (2011), algumas diferenças são apresentadas entre as categorias de participantes, devido ao não envio de cartas ao PIR IFRS 8, por parte das entidades não governamentais, e a participação de grandes empresas no processo consulta pública evidencia a predisposição dos mesmos em querer influenciar as normas, em relação às pequenas empresas.

A respeito das limitações cita-se que o IASB ainda não terminou o processo de revisão pós-implantação do IFRS 8, não possibilitando, assim, correlacionar os comentários com as possíveis alterações que podem ocorrer, analisando-se, desta forma, o caso do *lobby* nesse processo de consulta pública.

Sugere-se como pesquisas futuras: (i) identificar mudanças ocorridas no IFRS 8 pela revisão pós-implantação a fim de verificar a existência de *lobby*, no documento final da revisão emitido pelo IASB; (ii) identificar quais os itens que demandaram reestruturação nos relatórios ao CODM que passaram a ser publicados; e (iii) verificar as opiniões nas revisões pós-implantações de outros IFRS.

REFERÊNCIAS

- AILLÓN, Humberto Silva et al. Análise das informações por segmento: divulgação de Informações gerenciais pelas empresas brasileiras. In: Congresso USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP.
- BENJAMIN, Samuel Jebaraj et.al. A Study Of Segment Reporting Practices: A Malaysian Perspective. **Journal of Applied Business Research**. v. 26, n. 3, p. 31 – 42, mai/jun 2010. Disponível em: <<http://cluteonline.com/journals/index.php/JABR/article/view/291/281>> Acesso em: 01.02.2013.
- BHIMANI, Alnoor. The role of a crisis in reshaping the role of accounting. **Journal of Accounting and Public Policy**. v. 27, Issue 6, p. 444 – 454, Nov 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425408000914>> Acesso em: 01.02.2013.

CARMO, Carlos Henrique Silva do; MUSSOI, Alex; CARVALHO, Nelson L. A influência dos grupos de interesse no processo de normatização contábil internacional: o caso do discussion paper sobre leasing. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2011. CD-ROM...

CHIAPELLO, Eve; MEDJAD, Karim. An unprecedented privatisation of mandatory standard-setting: The case of European accounting policy. **Critical perspectives on Accounting**, v. 20, n. 4, p. 448-468, 2009. Disponível em: < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1045235408001226>> Acesso em: 15.01.2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (Org.). **Pronunciamento Conceitual Básico (R1) Estrutura Conceitual Para Elaboração E Divulgação De Relatório Contábil - Financeiro**. Disponível em: < http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf > Acesso em: 05.02.2013.

_____. **Pronunciamento Técnico - CPC 22 - Informações Por Segmento**. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2022.pdf>> Acesso em: 05.02.2013.

_____. **Termo de Aprovação - CPC 22 - Informações Por Segmento**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2022%20Termo%20de%20aprova%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2013.

IFRS – IFRS Foundation and International Accounting Standard Board. **Segment Reporting**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/Segment-Reporting/Pages/Segment-Reporting.aspx>> Acesso em: 20.01.2013a.

_____. **Post-Implementatantion Review**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/PIR/IFRS-8/Pages/IFRS-8.aspx>> Acesso em: 28.01.2013b.

_____. **Post-Implementatantion Review: IFRS 8 Operating Segments**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Current-Projects/IASB-Projects/PIR/IFRS-8/Documents/IFRS8OperatingSegments.pdf>> Acesso em: 21.01.2013c.

GEORGIU, George. The IASB standard-setting process: participation and perceptions of financial statement users. **The British Accounting Review**. v. 42, Issue 2, p. 103 – 118, Jun 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S089083891000020X>> Acesso em: 30.01.2013.

GINER, Begoña; ARCE, Miguel. Lobbying on Accounting Standards: Evidence from IFRS 2 on Share-Based Payments. **European Accounting Review**. v. 21, n. 4, p. 655-691, Dezembro 2012.

HANSEN, Bowe. Lobbying of the International Accounting Standards Board: an empirical investigation. **University of New Hampshire - Whittemore School of Business and Economics**. Fev 4, 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1081413&rec=1&srcabs=1014264> Acesso em: 15.02.2013.

JORISSEN, Ann; LYBAERT, Nadine; ORENS, Raf; VAN DER TAS, Leo. Formal Participation in the IASB's Due Process of Standard Setting: A Multi-issue/Multi-period Analysis. **European Accounting Review**. v. 21, n. 4, p. 693-729, Dezembro 2012.

KATSELAS, Dean; BIRT, Jacqueline; KANG, Xin Hao. International Firm Lobbying and ED 8 Operating Segments. **Australian Accounting Review**. v. 21, n. 57, Issue 2, p. 154 – 166, Jun 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1835-2561.2011.00132.x/full>> Acesso em: 28.01.2013.

MARDINI, Ghassan H.; CRAWFORD, Louise; POWER, David M. The impact of IFRS 8 on disclosure practices of Jordanian listed companies. **Journal of Accounting in Emerging Economies**, v. 2, n. 1, p. 67-90, 2012. Disponível em:

<http://www.emeraldinsight.com/doi/pdfplus/10.1108/20421161211196139>> Acesso em: 30.01.2013.

NICHOLS, Nancy B.; STREET, Donna L.; CEREOLO, Sandra J. An analysis of the impact of adopting IFRS 8 on the segment disclosures of European blue chip companies. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**. v. 21, Issue 2, p. 79 – 105, 2008. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1061951812000171>> Acesso em: 29.01.2013.

OLIVEIRA, Nathalia Apolinario Lima de; COSTA JUNIOR, Jorge Vieira da; COSTA JUNIOR, Jorge Vieira da SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e. ACCOUNTING REGULATION IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF PROCESSES AUDIENCIA PUBLIC ACCOUNTING PRONOUNCEMENTS COMMITTEE (CPC) IN THE YEARS 2007 TO 2011. **Advances In Scientific And Applied Accounting**., São Paulo, v. 6, n. 1, p. 49-65, 2013. Disponível em: <<http://asaaccounting.info/asaa/article/view/128/79>>. Acesso em: 06.11.2014.

PELTZMAN, Sam. Toward a more general theory of regulation. **Journal of Law and Economics**, v. 19, p. 211-240, Ago. 1976. Disponível em: < [http://raptor1.bizlab.mtsu.edu/S-Drive/CKLEIN/ECON%207121/Micro%20III%20Papers/References/Peltzman\(1976\).pdf](http://raptor1.bizlab.mtsu.edu/S-Drive/CKLEIN/ECON%207121/Micro%20III%20Papers/References/Peltzman(1976).pdf) > Acesso em: 09.11.2014.

POSNER, R. A. Theories of economic regulation. **Bell Journal of Economics and Management Science**. v. 5, n. 2, p. 335-358, 1974.

SILVA, Flávia de Araújo e; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Estágio Atual de Evidenciação e Fatores que Influenciam o Disclosure de Informações por Segmentos por Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Controladoria**. v. 4, n.3, p. 78-94, set./dez. 2012. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rcc/article/viewFile/29897/19542>> Acesso em: 05.02.2013.

STIGLER, George J. The theory of economic regulation. **The Bell Journal of Economics and Management Science**. v. 2, n. 1, p. 3-21. 1971.

SUTTON, T. G. Lobbying of accounting standard-setting bodies in the UK and the USA: a Downsian analysis. **Accounting, Organizations and Society**, v. 9, n. 1, p. 81-95, 1984.

Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/036136828490031X>> Acesso em: 15.11.2014.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves et al. CONTRIBUIÇÕES AO EXPOSURE DRAFT REVENUE FROM CONTRACTS WITH CUSTOMERS: ANÁLISE DAS OPINIÕES DAS FIRMAS SOBRE A OBRIGAÇÃO DE DESEMPENHO ONEROSA. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p.14-27, 2013. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/7266/pdf_1>. Acesso em: 06.11.2014.

YU, Xiang. Lobbying activity on international accounting standard: an examination of lobbying behavior on macro hedging treatment **Nottingham University Business School**, Nottingham, 2006. Disponível em: <edissertations.nottingham.ac.uk/358/1/chrisdissertation.pdf>. Acesso em: 20.02.2013.